

Ministério das Cidades, do
Ordenamento do Território
e do Ambiente



Ministério da
Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pescas

PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO PARA A GESTÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS E AGRO-INDUSTRIAIS

Grupo de Trabalho Agro - Ambiental

ACÇÃO 3.A.1.1.1

Lisboa - Maio de 2003

GRUPO DE TRABALHO AGRO - AMBIENTAL - ACÇÃO 3.A.1.1.1
(DESPACHO CONJUNTO Nº 700/2000, DE 19/06, DO MAOT E DO MADRP)

RELATÓRIO

**PROCEDIMENTO DE LICENCIAMENTO PARA A GESTÃO DE EFLUENTES
PECUÁRIOS E AGRO-INDUSTRIAIS**

Janeiro, 2003

Coordenação:

□ IDRHa, João Manuel Tito Nunes

Grupo de trabalho:

Do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas,

IDRHa, Carlos Pais.

INIAP, Maria de Fátima C. F. Alves, Cristina M. G. L. Sempiterno Alves

DGV, Arnaldo F. Martins de Carvalho

DRAEDM, Maria Adelaide Inácio, Morais Soares

DRATM, Francisco A. Rodrigues Alves

DRABL, Isabel Magalhães

DRABI, Ana Paula Brites

DRARO, Gomes Pereira

DRAAL, Manuel Sobral

DRAALG, José Carlos Tomás, João Pedro Monteiro

Do Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente,

DRAOTLVT, Elsa Costa

Do Ministério da Saúde

DGS, Fernando Bartolomeu, Paulo Diegues

1 - Enquadramento legislativo

A aplicação de resíduos no solo, carece de uma autorização prévia ou licença, emitida pelas Direcções Regionais de Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT), na qual são fixadas as condições que lhe são aplicáveis.

Os **resíduos agrícolas** que sejam matérias fecais ou outras substâncias naturais não perigosas aproveitadas nas explorações agrícolas e as **águas residuais** ficam excluídas da aplicação do Decreto-Lei n.º 239/97, quando sujeitos a legislação especial (alíneas c) e d) do art.º 2.º).

Em conformidade com a demais legislação em vigor, as exclusões à aplicação deste diploma dizem respeito a:

- Descarga de águas residuais no solo, ou a sua utilização na rega das culturas agrícolas e florestais, que se encontram regulamentadas através do Decreto-Lei n.º 236/98;
- Aplicação em solos agrícolas de águas ruças, regulamentada através do despacho conjunto n.º 626/2000.

Quanto à utilização/valorização agrícola de lamas de depuração, esta é autorizada ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 239/97, aplicando as disposições mencionadas no Decreto-Lei n.º 446/91 e complementares Portarias n.ºs 176/96 e 177/96.

Os outros resíduos ou substâncias a serem valorizados na agricultura, ficam sujeitos ao diploma n.º 239/97. Releva que encontram-se estipuladas no Catálogo Europeu de Resíduos⁽¹⁾, as matérias definidas como tal no Art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 236/98.

O processo de licenciamento, quando esteja em causa a aplicação de águas residuais, deverá ser instruído atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 46/94 de 22 de Fevereiro (Licenciamento das utilizações do domínio hídrico).

De acordo com o Decreto-lei n.º 236/98 as águas residuais podem ser classificadas segundo a sua origem, ou seja, domésticas, industriais ou urbanas. No âmbito dos trabalhos desenvolvidos na acção 3.A.1.1.1 foi considerado pertinente que se considerassem apenas as seguintes:

- a) as águas residuais industriais provenientes de agro-indústrias (com ou sem mistura de efluentes domésticos);
- b) as águas residuais provenientes de explorações pecuárias.

Dado o âmbito desta acção, não se consideram incluídas nos trabalhos as águas residuais domésticas, não obstante as entidades representantes do MADRP considerarem pertinente a sua inclusão.

⁽¹⁾ Decisão da Comissão 2001/118/CE, de 16 de Janeiro de 2001

O Despacho n.º 25 297/2002 do MADRP, de 27 de Novembro, expressamente proíbe o abandono ou deposição no solo, subsolo ou cursos de água, de quaisquer resíduos não biodegradáveis, estranhos aos processos produtivos e aos sistemas naturais das zonas rurais ou resultantes das actividades agrícolas, florestais, agro-industriais e pecuárias.

A esquematização do aparelho legislativo que enquadra a valorização agrícola de resíduos e respectivo licenciamento, é apresentada no quadro I em anexo. No mesmo, são ainda indicados os potenciais usos dos resíduos, considerando que a sua valorização agrícola deve satisfazer potenciais necessidades agronómicas, quer do ponto de vista da rega como da correcção dos solos, ao mesmo tempo que consubstancia a componente de tratamento.

2 - As autoridades competentes e da necessidade de parecer das DRAG e do DRS

No âmbito das matérias abordadas no GT, verifica-se que as autoridades competentes para atribuição de licenças ou autorizações prévias, em conformidade com o estipulado nos Dec.-Lei n.º 46/94, 236/98 e 239/97, são as DRAOT.

Todavia, a atribuição de licença de rejeição de **águas residuais** no solo agrícola ou florestal depende de **parecer favorável da Direcção Regional de Agricultura respectiva** (n.º 1, art.º 37.º do D.L. 46/94 e n.º 1, art.º 65.º do D.L. 236/98). No entanto, se as **águas residuais visarem satisfazer ou complementar as necessidades hídricas** das culturas agrícolas e florestais, a sua utilização está condicionada ao licenciamento pela Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, e depende de parecer favorável da Direcção Regional de Agricultura e do Delegado Regional de Saúde (DRS) conforme consta no ponto 3, art.º 58.º do Dec.-Lei n.º 236/98. Da mesma forma, a **utilização de águas ruças na rega de solos agrícolas** regulada pelo despacho conjunto n.º 626/2000, obedece ao preceituado no ponto citado do Dec.-Lei n.º 236/98

A autorização da aplicação de lamas de ETAR é efectuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 239/97, correspondendo a uma operação de valorização de resíduos na acepção do ponto 1, do art.º 8, sendo a autoridade competente o Director Regional de Ambiente e Recursos Naturais (ponto 3 c), do art.º 9º).

Todavia, no que respeita às restrições à **aplicação de lamas**, no art.º 4.º do Dec.-Lei. n.º 446/91 pode ler-se “os organismos regionais do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) e do Ministério do Ambiente (MA) encarregados da gestão dos recursos hídricos podem, conjuntamente licenciar

- a) A aplicação de lamas tratadas nos solos com pH inferior a 5,5;
- b) A injeção ou enterramento no solo de lamas não tratadas”.

Assim, verifica-se que apenas nestes dois casos os organismos do MADRP são envolvidos no licenciamento da aplicação de lamas.

As necessidades de emissão de parecer das Direcções Regionais de Agricultura consignadas na legislação são também compiladas esquematicamente no quadro I.

Finalmente, refira-se que a incorporação em solos agrícolas dos resíduos pecuários e agro-industriais regulamentados através do Dec.-Lei n.º 239/97, necessitam de autorização, mas não carece de parecer prévio dos organismos do MADRP ou do Ministério da Saúde.

Assim, definindo-se valorização como “as operações que visem o reaproveitamento dos resíduos, identificadas em portaria do Ministro do Ambiente” (na alínea o do artigo 3.º), verifica-se que as operações de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos estão sujeitos a autorização prévia (ponto 1, art.º 8.º, D.L. 239/97). Todavia, segundo o artigo 9.º do D.L. 239/97 as autoridades competentes para autorização das operações referidas são:

- 1 - ...
- 2 - ...
- 3 - ... director regional do ambiente e dos recursos naturais no caso de:
 - a) ...
 - b) ...
 - c) Outros projectos que envolvam resíduos não perigosos.
- 4 - ...

3 - Da instrução do processo de licenciamento

Segundo o ponto 1 do artigo 10.º do D.L. 239/97 o requerimento de autorização prévia com vista à **valorização de resíduos** é dirigido à autoridade competente (referido no art.º 9.º do mesmo diploma) para a decisão final, acompanhado dos elementos exigidos:

- a) Nas disposições legais e regulamentares que regem a instrução dos processos de avaliação do impacte ambiental, quando seja o caso;
- b) Por portaria do Ministro do Ambiente, no caso de resíduos industriais, resíduos sólidos urbanos ou outros tipos de resíduos.

Por sua vez, o pedido de licença de **rejeição de águas residuais** no solo é apresentado pelo interessado, no caso de um sistema particular, ou pela entidade interessada, no caso de um sistema público, na Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do local onde se pretende efectuar a descarga (n.º 1, art.º 38.º do Dec.-Lei n.º 46/94). O mesmo procedimento é efectuado para o pedido de licença para a utilização de águas ruças na rega de solos agrícolas (ponto 2 do Despacho Conjunto n.º 626/2000)

Os pedidos de licença de rejeição de águas residuais no solo agrícola ou florestal são, de acordo com a legislação vigente, entregues actualmente na DRAOT respectiva. O que se retira dos diplomas citados, é que compete aos serviços que tutelam o sector agrícola a emissão de parecer, e que a atribuição da licença depende de parecer favorável da DRAOT respectiva.

Todavia, tendo em vista a agilização do processo, e a necessidade da existência de um interlocutor nestas matérias, o grupo de trabalho propõe que o requerente poderá **entregar a totalidade do processo na DRAg respectiva**, que após parecer o enviarão às restantes entidades envolvidas. Uma esquematização destes procedimentos é sumariada no esquema I em anexo.

3.1 - Da informação a incluir no processo

Na instrução do processo de licenciamento definido no Dec.-Lei n.º 46/94, deverão ser compilados os elementos nele referidos, nomeadamente no Art.º 38.

Da mesma forma, o pedido de licença para a utilização de águas ruças na rega de solos agrícolas regulada pelo despacho conjunto n.º 626/2000, deverá ser instruído com os elementos constantes no seu ponto 2.

No que respeita aos resíduos regulamentados pelo Dec.-Lei n.º 239/97, segundo o seu ponto 1 do artigo 10.º, o requerimento de autorização a que se refere o artigo 8.º do mesmo é dirigido à autoridade competente (referido no art.º 9.º) para a decisão final, acompanhado dos elementos exigidos:

"a) ...

b) Por portaria do Ministro do Ambiente, no caso de resíduos industriais, resíduos sólidos urbanos ou **outros tipos de resíduos**."

A portaria n.º 961/98 de 10 de Novembro, estabelece os requisitos a que deve obedecer o processo de autorização prévia.

No que concerne à informação a fornecer, e não obstante o interessado ter de cumprir a legislação geral de licenciamento, nos casos previstos na lei em que é necessária a coordenação de várias entidades deverá estar disponível uma listagem uniforme da mesma, visando facilitar o acesso dos interessados ao processo administrativo. Cumulativamente, esta uniformidade contribuirá para a existência de padrões nacionais de análise e decisão, apesar de haver a necessidade de respeitar as singularidades regionais e locais.

Assim, foi definido uma listagem geral de informação a submeter pelos interessados, constante no anexo 2, que visa munir as entidades envolvidas com os elementos julgados essencial à pronúncia. Tal como referido anteriormente, foi ainda elaborado um esquema de procedimentos, apresentado no esquema I.

Nos processos em que esteja em causa a utilização de resíduos pecuários e agro-industriais, no actual contexto legislativo torna-se necessário a instrução do licenciamento segundo a perspectiva "clássica", com a apresentação de um conjunto completo de informação, que justifique tecnicamente a valorização agrícola dos resíduos preconizada. Para estes casos, resultou do GT o estabelecimento de uma listagem de informação a prestar pelo interessado, que as DRAOT, DRAg e DGS julgam necessária para procederem à análise do pedidos e à respectiva pronuncia sobre o mesmo (Anexo 2). Obviamente, a análise incidirá sobre as soluções técnicas e agronómicas propostas, que

deverão justificar cabalmente a valorização agrícola dos resíduos em causa, e a ausência de impactes negativos sobre o solo, as águas, as plantas, e o ambiente em geral. As determinações analíticas a efectuar aos resíduos e ao solo receptor, necessárias para que as autoridades se possam pronunciar, constam no quadro II.

Para o caso dos resíduos ou substâncias provenientes de explorações pecuárias de dimensões reduzidas, que constituirão certamente uma parte apreciável dos casos objecto de pedido de licenciamento, foi considerada a necessidade de criar um procedimento especial, doravante denominado "simplificado", em que a necessidade de informação a proporcionar é mais consentânea com a dimensão das mesmas, e que consta no anexo 3. Nas restantes explorações, continuará a ser necessária a instrução do processo com a entrega de um maior volume de informação, segundo o procedimento denominado "clássico", que é compilada no anexo 2.

A diferenciação entre os dois tipos de esquema de procedimentos, deverá ser efectuada segundo a dimensão do efectivo pecuário das explorações. Este limite, que deverá variar em função das espécies pecuárias existentes, respectivo manejo, e eventualmente da localização das explorações, não foi possível de estabelecer em sede do grupo de trabalho, apesar das diligências efectuadas pelo mesmo. Todavia, é opinião do mesmo que a sua definição deverá ser realizada com brevidade, baseada em estudos que cruzem a realidade socio-económica com os modelos de exploração agro-pecuária. Entretanto, enquanto essa definição não for estabelecida, o grupo de trabalho propõe que seja utilizado o procedimento "clássico" para a generalidade das situações.

Com vista ao estabelecimento de critérios de apoio à tomada de decisão por parte dos organismos envolvidos nos processos de autorização / licenciamento, foi compilada alguma informação relacionada com a eventual carga de resíduos pecuários julgada comportável pelo agrossistema planta/solo/água, e que consta do anexo 4.

As Direcções Regionais de Agricultura deverão promover a existência de uma base de dados dos processos licenciados, por forma a gerir e controlar a informação prestada pelos requerentes, tanto no que diz respeito aos efectivos pecuários, assim como às parcelas onde será efectuada a valorização dos resíduos.

4 - As normas de descarga e outras condições aplicáveis à aplicação de resíduos no solo

As normas de descarga de águas residuais encontram-se estabelecidas no art.º 64 do D.L. 236/98.

A utilização de águas ruças na rega é condicionada à consideração de um conjunto de aspectos, discriminados no ponto 5 de despacho conjunto n.º 626/2000.

Ainda, de acordo com a alínea b), n.º 1 do art.º 8.º do Dec.-Lei 196/89, "Os solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) devem ser exclusivamente afectos à agricultura, sendo proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as

suas potencialidades agrícolas, designadamente o lançamento ou depósito de resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou organismos que possam alterar as características dos solos”. O Dec.-Lei n.º 236/98 na sua alínea e) do ponto 6 do artigo 64.º considera razão justificativa para a determinação de condições mais exigentes de descarga de águas residuais se o meio receptor encontrar-se classificado como RAN.

Nas zonas qualificadas como vulneráveis nos termos do art.º 4.º do Dec.-Lei n.º 235/97, o MADRP de acordo com as medidas a incluir nos programas de acção nos termos do n.º 3 do art.º 7.º definirá, por portaria, as regras relativas: aos períodos em que é proibida a aplicação às terras de determinados tipos de fertilizantes; à capacidade dos depósitos de estrume animal; às doses máximas permissíveis de aplicação de fertilizantes aos solos e limitando a quantidade de estrume animal a aplicar anualmente nas terras.

Também se considera razão justificativa para a determinação de condições mais exigentes de descarga de águas residuais o facto de o meio receptor encontrar-se classificado como Zona Vulnerável (alínea c), ponto 6, artigo 64.º do Dec.-Lei n.º 236/98.

No art.º 3.º do Dec.-Lei n.º 446/91 são estabelecidas as condições de aplicação de lamas em solos agrícolas. Os valores permitidos para os elementos que entram na composição dos solos receptores de lamas e das lamas destinadas à aplicação agrícola, bem como os respectivos métodos de aplicação, encontram-se fixados na Portaria n.º 176/96 (2.ª série). Sendo obrigatória a análise das lamas e solos sobre as quais elas são utilizadas, os respectivos critérios estão definidos na Portaria n.º 177/96 (2.ª série). No seu art.º 2.º, refere-se na alínea b) que “a DRAmb, a Direcção Regional de Agricultura (DRA) e a Comissão Regional da Reserva Agrícola (CRRA) competentes podem dispensar a realização de análises de Cu, Zn, Cr, caso tais metais não se encontrem presentes ou apenas se encontrem presentes em quantidade desprezível nas águas afluentes à estação de tratamento” e na alínea c) que “nos casos previstos na alínea anterior, a DRAmb, a DRA e a CRRA decidirão quais os parâmetros a analisar”.

5 - Conclusões e lacunas

- Tendo em conta o uso crescente de substâncias orgânicas nos solos agrícolas e florestais, foram definidas algumas orientações que facilitam a coordenação das entidade envolvidas no processo de licenciamento, com vista à existência de critério padrão de análise dos processo, pronúncia e licenciamento.
- Verificou-se que a actual legislação não prevê a intervenção dos organismos do MADRP na totalidade dos processos de autorização de valorização agrícola de resíduos (Dec.-Lei n.º 239/97), bem como na utilização agrícola de lamas de depuração (com excepção das situações previstas no artº. 4º do Dec.-Lei n.º 446/91)
- Foram definidos alguns procedimentos, que além de poderem cumprir as necessidades de coordenação citadas, nos processos onde actualmente tal se justifica, poderão ser utilizados caso a intervenção destes organismos

nas autorizações de valorização agrícola de resíduos seja generalizada, nomeadamente no âmbito dos processos de licenciamento regulamentados pelo Dec.-Lei n.º 239/97.

- Tendo em vista a agilização do processo de licenciamento, assim como a necessidade da existência de um interlocutor de proximidade com o sector agrícola, o grupo de trabalho propõe que o requerente deverá **entregar a totalidade do processo na Direcção Regional de Agricultura respectiva**, que após parecer o enviarão às restantes entidades envolvidas.
- Tendo sido verificada a dificuldade de enquadramento de alguns tipos de efluentes pecuários, nomeadamente os "chorumes", no preceituado no Dec.-Lei n.º 239/97, e tendo em consideração a necessidade de regulamentar a sua valorização agrícola, o grupo de trabalho considera indispensável a produção de legislação especial, que substantivamente cubra o citado no ponto c), do artº. 2º. do Dec.-Lei n.º 239/97.
- É imperiosa a definição dos limiares que permitam a definição das tipologias de explorações agro-pecuárias onde seja aplicável o procedimento "simplificado", em contraponto àquelas onde será seguido o procedimento clássico. Esta, deverá decorrer da realização de estudos sócio-económicos mais aprofundados, que possibilitem a definição a nível nacional, ou regional, de dois tipos principais de explorações, mais aproximados da tipologia "familiar" em contraponto à "industrial".
- Os limites do efectivo por unidade de área indicados na tabela 1, resultam da recolha de informação proveniente de diversas fontes. Por isso, correspondem a valores indicativos médios, que apoiarão a tomada de decisão numa fase inicial. Estudos que permitam o refinamento destes limiares, levando em linha de conta as características do efectivo pecuário, os seu manejo, e as singularidades geográficas, deverão ser incentivados, permitindo as necessárias adaptações regionais.
- No âmbito dos esforços desenvolvidos pelo grupo de trabalho, foi constatada a ausência generalizada de informação técnica nacional relacionada com o tema tratado. Sugere-se que sejam desenvolvidos esforços, no sentido de serem melhor conhecidos a nível nacional os sectores produtores de resíduos passíveis de valorização agrícola, assim como, deverá ser promovidos trabalhos que conduzam de forma completa ao conhecimento e caracterização qualitativa dos resíduos.
- Em resultado da alteração da tramitação processual deverá ser ponderada a reestruturação do esquema de cobrança de taxas devidas pela emissão das licenças, e respectivos destinatários.
- A uniformização do formato e conteúdo estrutural dos pareceres prévios e das licenças deve ser prosseguido, por forma a consubstanciar uma tipologia nacional destes documentos.
- A venda ou qualquer cedência de resíduos pecuários a entidades que promovam a sua valorização, pressuporá para efeitos de licenciamento, a existência de um acordo / contrato válido. Mesmo nestes casos, deverá existir na exploração uma estrutura de armazenamento.
- Apesar de actualmente não ser permitida a utilização agrícola dos efluentes provenientes da lavagem de instalações agro-industriais (ex. salas de ordenha), devem ser desenvolvidos os necessários estudos que aquilatem da sua possível utilização, após mistura com outros efluentes e/ou tratamento.

ANEXO 1

Quadro legislativo referido no texto

Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho - visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura, de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território.

Decreto-Lei n.º 466/91 de 22 de Novembro efectuou a transposição da Directiva n.º 86/278/CEE, do Conselho, de 12 de Junho, relativa à utilização agrícola das lamas de depuração.

Decreto-Lei n.º 46/94 de 22 de Fevereiro - Estabelece o regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, sob jurisdição do Instituto da Água.

Decreto-Lei n.º 152/97 de 19 de Junho – regula a recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas no meio aquático, procedendo à transposição para o direito interno da Directiva 91/271/CEE do Conselho, de 21 de Maio 1991.

Decreto-Lei n.º 235/97 de 3 de Setembro - transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.

Decreto-Lei n.º 239/97 de 9 de Setembro - estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos, nomeadamente a sua recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, por forma a não constituir perigo ou causar prejuízo para a saúde humana ou para o ambiente.

Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto - estabelece normas, critérios e objectivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.

Despacho conjunto n.º 626/2000 de 6 de Junho – estabelece um conjunto de normas com vista a uma correcta utilização de águas ruças, para efeitos de aplicação em solos agrícolas.

Despacho n.º 25 297/2002 de 27 de Novembro – Proíbe o abandono ou deposição no solo, subsolo ou cursos de água, de quaisquer resíduos não biodegradáveis, estranhos aos processos produtivos e aos sistemas naturais das zonas rurais ou resultantes das actividades agrícolas, florestais, agro-industriais e pecuárias.

Portaria n.º 961/98 de 10 de Novembro – estabelece os requisitos a que deve obedecer o processo de autorização prévia das operações de armazenagem,

tratamento, valorização e eliminação de resíduos industriais, resíduos sólidos urbanos e outros tipos de resíduos.

Portaria n.º 335/97 de 16 de Maio – fixa as regras a que fica sujeito no transporte de resíduos dentro do território nacional.

Portaria n.º 176/96 de 3 de Outubro – fixa os valores permitidos para a concentração de metais pesados nos solos receptores de lamas e nas lamas para utilização na agricultura como fertilizantes, bem como as quantidades máximas que poderão ser introduzidas anualmente nos solos agrícolas.

Portaria n.º 177/96 de 3 de Outubro – fixa as regras sobre a análise das lamas e dos solos

ANEXO 2

PROCEDIMENTO "CLÁSSICO" PARA O LICENCIAMENTO DA UTILIZAÇÃO AGRÍCOLA DE EFLUENTES E RESÍDUOS PECUÁRIOS E AGRO-INDUSTRIAIS

O licenciamento da aplicação de resíduos em solos agrícolas e florestais é da responsabilidade das DRAOT (Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território). Nos casos referenciados no ponto 3, é requerido parecer prévio das DRA (Direcção Regional de Agricultura) e DRS (Delegação Regional de Saúde) respectivos.

A instrução dos processos de licenciamento será efectuada após a obtenção dos necessários pareceres prévios favoráveis, pelo que o requerente deverá, em primeiro lugar dirigir-se às Direcções Regionais de Agricultura, apresentando os elementos descritos na listagem abaixo discriminada. Estes organismos, pós pronúncia, deverão encaminhar os processos para as DRAOT (Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território). Nos casos em que é necessário, as DRS (Delegações Regionais de Saúde) deverão ser informadas para pronúncia.

Instrução de pedido de licenciamento/autorização PROCEDIMENTO CLÁSSICO

1 - Informação geral

- a) Identificação do requerente

2 - Caracterização das explorações e instalações

- a) Tipo e características técnicas das instalações

b1) Efectivo

Suínos (Declarações de existência)
Bovinos/ovinos (Livro de existências/Mod. 160/DGV/SNIRB)
Aves (Doc. a definir pela entidade licenciadora da actividade)
Coelhos (Doc. a definir pela entidade licenciadora da actividade)
Outros

b2) Capacidade instalada, capacidade de produção efectiva e descrição do processo de fabrico (incluindo fluxograma, matérias primas e subsidiárias).

(Para outras instalações que não pecuárias)

3 - Caracterização do efluente

- a) Determinação da finalidade do efluente (Incorporação no solo, rega, fertirrega, correctivo orgânico)

- b) Caracterização quantitativa do efluente

- c) Caracterização qualitativa do efluente

c1) Estrumes e chorumes - Sendo tipos de efluentes para os quais existem caracterizações (Efluentes-tipo), por princípio não é solicitada a apresentação de resultados analíticos. Contudo, em caso de existência de dúvidas poderão ser solicitadas análises (Parâmetros constantes no Quadro II em anexo).

c2) Outros efluentes - Parâmetros constantes no Quadro II em anexo. Em caso de existência de dúvidas poderão ser solicitadas análises complementares a outros parâmetros..

4 - Parcelas de terreno

- a) Prova de titularidade ou autorização de espalhamento do proprietário com indicação das quantidades de efluentes/resíduos recebidos

- b) Área
- c) Planta de localização à escala 1:25000 incluindo extracto do PDM onde se insere a pretensão.
- d) Ocupação cultural
- e) N° de registo no parcelário agrícola (Ex. INGA - P3)

5 - Características dos solos

- a) Delimitação das manchas
- b) Sua descrição (Tipo e características)
- c) Determinações analíticas (Quadro II em anexo)
- d) Declive

6 - Aplicação do efluente no solo

a1) Rega/Fertirega

Dotação a aplicar
Método de aplicação
Período de aplicação

a2) Aplicação no solo

Quantidade a aplicar
Época e periodicidade de distribuição (Mapa anual)
Método de aplicação

7 – Elementos de projecto

- a) Tipo de sistema de tratamento/armazenamento/retenção a adoptar, dimensionamento dos órgãos que o compõem e respectivos desenhos (plantas e cortes à escala adequada), destino final e eventual reutilização do efluente/resíduo. (Como padrão deverão ser exigidos 180 dias de retenção. O requerente poderá propor um tempo inferior, desde que justifique tecnicamente)
- b) Planta à escala 1:2000, 1:5000 ou 1:10000 indicando as redes de drenagem dos efluentes e a implantação tratamento/armazenamento, ponto de descarga/aplicação, linhas de água albufeiras ou praias, captações de água superficial ou subterrânea existentes nas proximidades (raio mínimo de 200 m)
- c) Termo de responsabilidade e identificação do projectista
- d) Licença de ocupação emitida pela Câmara Municipal (explorações pecuárias) ou licença de laboração
- e) Identificação da origem do abastecimento de água
- f) Dispositivos de segurança previstos para fazer face a situações de emergência ou de acidente, quando necessários

g) Título de propriedade ou título que confere direito à sua utilização e certidão comprovativa da aptidão do terreno para o fim em vista.

8 - Acções de auto-controlo

Sistema de auto-controlo que se propõe adoptar para o Efluente/ resíduo, águas subterrâneas e/ou superficiais.

Calendarização das acções

Efluente
Solo
Águas subterrâneas

9 - Descrição com suporte cartográfico, da(s) área(s) a beneficiar sob os pontos de vista

- a) Localização;
- b) Orográfico, em que se assinalará as áreas com declives iguais ou superiores a 10%;
- c) Hidrológico, com a localização dos cursos de água, águas subterrâneas em exploração, nível freático e zonas de captação;
- d) Geográfico, com apresentação da implantação das infra-estruturas, construções, furos, poços e valas de drenagem.

ANEXO 3

PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DA UTILIZAÇÃO AGRÍCOLA DE EFLUENTES E RESÍDUOS PECUÁRIOS E AGRO-INDUSTRIAIS

O licenciamento da aplicação de resíduos em solos agrícolas e florestais é da responsabilidade das DRAOT (Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território). Nos casos referenciados no ponto 3, é requerido parecer prévio das DRA (Direcção Regional de Agricultura) e DRS (Delegação Regional de Saúde) respectivos.

A instrução dos processos de licenciamento será efectuada após a obtenção dos necessários pareceres prévios favoráveis, pelo que o requerente deverá, em primeiro lugar dirigir-se às Direcções Regionais de Agricultura, apresentando os elementos descritos na listagem abaixo discriminada. Estes organismos, verificarão a informação entregue, e após pronuncia, deverão encaminhar os processos para as DRAOT (Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território). Nos casos em que é necessário, as DRS Delegações Regionais de Saúde deverão ser informadas para pronúncia.

Instrução de pedido de licenciamento/autorização Procedimento simplificado

1 - Informação geral

- a) Identificação do requerente

2 - Caracterização das explorações e instalações

- a) Tipo e características técnicas das instalações

- b) Efectivo

- Suínos (Declarações de existência)
 - Bovinos/ovinos (Livro de existências/Mod. 160/DGV/SNIRB)
 - Aves (Doc. a definir pela entidade licenciadora da actividade)
 - Coelhos (Doc. a definir pela entidade licenciadora da actividade)
 - Outros

3 - Parcelas de terreno

- a) Prova de titularidade ou autorização de espalhamento do proprietário com indicação das quantidades de efluentes/resíduos recebidos
- b) Área
- c) Planta de localização à escala 1:25000, incluindo extrato do PDM onde se insere a pretensão
- d) Ocupação cultural
- e) N° de registo no parcelário agrícola (Ex. INGA - P3)

4 - Caracterização do efluente

- a) Caracterização quantitativa do efluente

- b) Caracterização qualitativa do efluente

- Estrumes e chorumes - Sendo tipos de efluentes para os quais existem caracterizações (Efluentes-tipo), por princípio não é solicitada a apresentação de resultados analíticos. Contudo, em caso de existência de dúvidas poderão ser solicitadas análises (Parâmetros constantes no Quadro II em anexo).

5 – Elementos de projecto

- a) Tipo de sistema de tratamento/armazenamento/retenção a adoptar, dimensionamento dos órgãos que o compõem e respectivos desenhos (plantas e cortes à escala adequada), destino final e eventual

reutilização do efluente/resíduo. (Como padrão deverão ser exigidos 180 dias de retenção. O requerente poderá propor um tempo inferior, desde que justifique tecnicamente)

b) Planta à escala 1:2000, 1:5000 ou 1:10000 indicando as redes de drenagem dos efluentes e a implantação tratamento/armazenamento, ponto de descarga/aplicação, linhas de água albufeiras ou praias, captações de água superficial ou subterrânea existentes nas proximidades (raio mínimo de 200 m)

c) Termo de responsabilidade e identificação do projectista

d) Licença de ocupação emitida pela Câmara Municipal (explorações pecuárias) ou licença de laboração

e) Identificação da origem do abastecimento de água

f) Dispositivos de segurança previstos para fazer face a situações de emergência ou de acidente, quando necessários

g) Título de propriedade ou título que confere direito à sua utilização e certidão comprovativa da aptidão do terreno para o fim em vista.

6 - Acções de auto-controlo

Sistema de auto-controlo que se propõe adoptar para efluente / resíduo, águas subterrâneas e/ou superficiais.

ANEXO 4

CARGA PECUÁRIA SOBRE O SOLO RECEPTOR DE RESÍDUOS, JULGADA COMPORTÁVEL PELO AGROSSISTEMA PLANTA/SOLO/ÁGUA

Apresentam-se alguns critérios, não exaustivos, em que a pressuposta carga de resíduos a serem valorizados na agricultura é julgada comportável pelo agrossistema planta/solos/água. Estes, poderão servir de guia na análise dos processos, mas não invalidam a consulta de demais informação sobre o assunto, podendo ainda ser objecto de análise crítica conforme sejam apurados outros valores decorrentes do aparecimento de novos conhecimentos na matéria.

Os critérios de aplicação desta metodologia baseiam-se nas seguintes premissas:

- É exclusivamente aplicável a resíduos ou substâncias provenientes da exploração pecuária;
- Considera-se que o principal elemento que introduz risco de desequilíbrio ambiental é o azoto;
- Considera-se que a quantidade máxima de azoto orgânico passível de ser incorporada no solo é de 170 Kg/ha/ano (em conformidade com o sugerido no CBPA, e em conformidade com o Dec.-Lei n.º 235/97);
- Considera-se um limiar de carga de efectivos animais por unidade de área de solos agrícola onde será efectuada a valorização dos resíduos. O limiar de carga, discriminado por espécies pecuárias é indicado na tabela 1, e corresponde ao efectivo que produz em termos médios uma quantidade de azoto correspondente a 170 Kg/ano;
- Existência de uma estrutura de armazenamento de resíduos líquidos, dimensionada para um tempo de retenção padrão de 180 dias, ou de niteira, dimensionada para 120 dias.

Tabela 1 - Limite do efectivo por unidade de área, abaixo do qual será adoptado a simplificação processual

Espécies pecuárias	Número de animais/ha
Vacas leiteiras	2,8
Bovinos	3,9
Vitelos (Até 1 ano)	9.4
Vitelos (1 a 2 anos)	5.5
Vitelos (Mais de 2 anos)	4.9
Porcas com crias até 25 Kg.	8.1
Porcos de engorda (25 a 100 Kg)	23
Galinhas poedeiras	486
Frangos	739
Patos	415
Perus	189
Ovelhas com crias até 4 Kg.	15.1
Cabras com crias até 7 Kg	13.6
Coelhos com crias	44
Cavalos	4.9

Quadro I - Valorização Agrícola de Resíduos - Enquadramento legislativo

Tipo de resíduo	Legislação que enquadra a valorização agrícola e respectivo licenciamento	Necessidade de parecer das DRAG consignada na legislação		Outros instrumentos legislativos ou regulamentares de enquadramento
		Usos	Legislação que a isso obriga	
Chorume	Dec.-Lei n.º 239/97 Dec.-Lei n.º 236/98 Dec.-Lei n.º 46/94 Dec.-Lei n.º 446/91 Portaria n.º 176/96 Portaria n.º 177/96	Como água de rega	Dec.-Lei n.º 236/98	Dec.-Lei n.º 235/97 Dec.-Lei n.º 169/89
		Como correctivo orgânico	Dec.-Lei n.º 236/98 Dec.-Lei n.º 446/91 ⁽¹⁾	
Estrume	Dec.-Lei n.º 239/97			Dec.-Lei n.º 235/97
Águas Ruças	Dec.-Lei n.º 236/98 Despacho conjunto n.º 626/2	Como água de rega	Dec.-Lei n.º 236/98 Despacho conjunto n.º 626/2000	Dec.-Lei n.º 235/97
Lamas	Dec.-Lei n.º 446/91 Portaria n.º 176/96	Como correctivo orgânico	Dec.-Lei n.º 446/91 ⁽²⁾	Dec.-Lei n.º 235/97 Dec.-Lei n.º 169/89
Outros resíduos Agro-industriais	Dec.-Lei n.º 239/97 Dec.-Lei n.º 236/98 Dec.-Lei n.º 46/94 Dec.-Lei n.º 446/91 Portaria n.º 176/96 Portaria n.º 177/96	Como água de rega	Dec.-Lei n.º 236/98	Dec.-Lei n.º 235/97 Dec.-Lei n.º 169/89 Despacho n.º 25 297/2002 do MADRP
		Como correctivo orgânico	Dec.-Lei n.º 446/91 ⁽²⁾ Portaria n.º 176/96 Dec.-Lei n.º 236/98	

(1) - Nos casos previstos no art.º 4, e se utilizada a fracção "lama"

(2) - Nos casos previstos no art.º 4

Quadro II - Determinações analíticas a efectuar aos resíduos e ao solo r

Tipo de Resíduo	Determinações Analíticas no Resíduo	Determinações Analíticas no Solo
Chorume	MS, MO, N total, N-NO ₃ ⁻ , N-NH ₄ ⁺ P total, K total pH, CE, Cu, Zn SAR, C/N, <i>Escherichia coli</i> <i>Nematoides intestinais</i>	Análise sumária (textura, Mo, pH, P e K assimiláveis, Mg), CE, Cu e Zn totais *
Estrume	MO, N total, N-NO ₃ ⁻ N-NH ₄ ⁺ , Ptotal, K total C/N	Análise sumária (textura, Mo, pH, P e K assimiláveis, Mg)
Águas Ruças	MS, MO, N total, N-NO ₃ ⁻ , N-NH ₄ ⁺ pH, CE, SAR C/N	Análise sumária (textura, Mo, pH, P e K assimiláveis, Mg), CE
Lamas	MS, MO, N total, N-NO ₃ ⁻ , N-NH ₄ ⁺ , pH, P total, Cd, Cu, Ni, Pb, Zn Hg, e Cr, <i>Escherichia coli</i> <i>Nematoides intestinais</i>	Análise sumária (textura, MO, pH, P e K assimiláveis, Mg), N total, P total Cd, Cu, Ni, Pb, Zn, Hg e Cr *
Outros resíduos Agro-industriais	MS, MO, N total, N-NO ₃ ⁻ , N-NH ₄ ⁺ Ptotal, K total, pH, CE Cl ⁻ , SAR, C/N, <i>Escherichia coli</i> <i>Nematoides intestinais</i>	Análise sumária (textura, MO, pH, P e K assimiláveis, Mg), CE *

* Durante a aplicação ao solo, caso ocorram possíveis desconfiânças de contaminação de águas superficiais ou subterrâneas por animais, podem-se mandar fazer análises de *Nematoides intestinais* na fase de controlo

Esquema 1 - Procedimentos para instrução do processo de licenciamento

